




Município de Castro Marim
Câmara Municipal
Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira
Serviço de Contratação Pública

Caderno de Encargos




Procedimento de Consulta Prévia n.º 7/2024

Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

Índice

Parte I	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Prazo	4
Cláusula 4. ^a – Obrigações Principais do Prestador de Serviços	4
Cláusula 5. ^a – Obrigações do Adjudicante	5
Cláusula 6. ^a – Dever de Sigilo e Proteção de Dados	5
Cláusula 7. ^a – Dever de Sigilo e Proteção de Informação	6
Cláusula 8. ^a – Preço Base e Preço Contratual	6
Cláusula 9. ^a – Condições de Pagamento	7
Cláusula 10. ^a – Faturação Eletrónica	7
Cláusula 10. ^a – Penalidades Contratuais	8
Cláusula 11. ^a – Força Maior	8
Cláusula 12. ^a – Resolução por parte da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 13. ^a – Caução	9
Cláusula 14. ^a – Patentes, Licenças e Marcas Registadas	9
Cláusula 15. ^a – Seguros	9
Cláusula 16. ^a – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	9
Cláusula 17. ^a – Rescisão do Contrato	9
Cláusula 18. ^a – Comunicações e Notificações	10
Cláusula 19. ^a – Legislação Aplicável	10
Cláusula 20. ^a – Foro Competente	10
Parte II	11
Cláusula 21. ^a – Objetivos	11
Cláusula 22. ^a – Especificações	11
Cláusula 23. ^a – Local da Prestação dos Serviços	11

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	


Parte I

Cláusula 1.^a – Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, na aquisição de serviços para o controlo analítico da qualidade da água para consumo humano em dezasseis zonas de abastecimento, controle analítico das águas residuais de sete ETARs e controlo analítico da qualidade da água da Piscina Municipal de Castro Marim, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na atual redação.

Cláusula 2.^a – Contrato

1. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Para cumprimento do estipulado no artigo 290.º-A do CCP, o contrato será acompanhado por Gestor, a designar.
4. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I do Convite;
 - b) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Convite;
 - c) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55 do CCP.
5. Para além dos documentos referidos, o adjudicatário deve também apresentar:
 - a) Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC);
 - b) Certidão permanente ou código de acesso da sociedade;

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

- c) Documento comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo (cfr. artigo 36.º, n.º 2 da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e artigo 6.º da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto), quando aplicável.

Cláusula 3.ª – Prazo


O contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, entra em vigor na data da sua celebração e cessa a sua vigência logo que atingido o primeiro dos seguintes limites:

- a) O valor da adjudicação;
- b) A duração de 3 (três) anos.

Cláusula 4.ª – Obrigações Principais do Prestador de Serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar os serviços conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais
- b) Garantir os padrões de qualidade e quantidade dos serviços contratados;
- c) Garantir o serviço prestado;
- d) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- f) Comunicar ao Município de Castro Marim qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato celebrado e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	


do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a – Obrigações do Adjudicante

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o adjudicante deve pagar ao prestador dos serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao adjudicante.
3. Os preços constantes na proposta deverão ser mantidos durante o prazo de vigência do presente contrato.

Cláusula 6.^a – Dever de Sigilo e Proteção de Dados

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados – Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril.
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pelo Município e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de risco.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.


MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

Cláusula 7.^a – Dever de Sigilo e Proteção de Informação

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Para além da duração do contrato, no âmbito do dever de sigilo dever-se-á observar o prescrito na lei para o efeito, designadamente no que se refere à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a – Preço Base e Preço Contratual

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **€ 51.680,50 (cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço previsto no número anterior da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base nelas que se obteve o preço base referido no ponto um da presente cláusula, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	


4. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.
5. O Contraente Público obriga-se a pagar ao prestador dos serviços, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 9.^a – Condições de Pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Castro Marim, nos termos da proposta adjudicada, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, vencendo-se o montante total com a entrega da totalidade dos bens objeto do presente procedimento.
2. O valor da adjudicação será liquidado faseadamente, em função da prestação dos serviços.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Castro Marim quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor dos bens, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Castro Marim, devendo especificar, além do previsto no artigo 299.º-B do CCP:
 - a) Identificação do Número Sequencial do Compromisso;
 - b) Identificação do número de Procedimento;
 - c) Descrição dos bens, de acordo com o definido na Parte II deste Caderno de Encargos.

Cláusula 10.^a – Faturação Eletrónica

1. As faturas devem ser enviadas em formato eletrónico ao abrigo do n.º 3 do art.º 9 do DL 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, salvo no caso de micro, pequenas e médias empresas nos termos do n.º 4, na medida em que o prazo foi alargado até 31 de dezembro de 2024 ao abrigo da alteração introduzida pelo art.º 6 do decreto-lei n.º 54/2023, de 14 de julho.
2. O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pela Entidade Adjudicante é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), sendo que os operadores

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

económicos deverão enviar as suas faturas eletrónicas através de interligação dos seus softwares de faturação com a Rede Saphety ou outra, ou em alternativa, através do acesso ao Portal SaphetyDoc.

3. A Saphety dispõe de uma linha de apoio aos fornecedores da Administração Pública, com vista ao esclarecimento de questões relativas à adesão à faturação eletrónica, através do email: fornecedores.saphetygov@saphety.com ou do telefone +351 210 174 065 (dias úteis 9h-13h e 14h-18h).

Cláusula 10.^a – Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do prestador de serviços, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade pelo incumprimento das datas, prazo de prestação dos serviços objeto do contrato e condições de garantia, nos termos do artigo 329.º do CCP e demais legislação aplicável.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.^a – Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se for caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 12.^a – Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 13.ª – Caução

Não é exigível a prestação da caução para garantir o cumprimento das obrigações, dado o preço contratual ser inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros), de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 14.ª – Patentes, Licenças e Marcas Registadas

- São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionado no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 15.ª – Seguros


- O adjudicatário deverá possuir seguro de responsabilidade civil que cubra possíveis danos a terceiros, no decurso de qualquer operação relacionada com a prestação de serviços em causa.
- A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 16.ª – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo prestador depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª – Rescisão do Contrato

- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega da prestação dos serviços por período superior a 30 dias úteis.

Cláusula 18.^a – Comunicações e Notificações


1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

Cláusula 19.^a – Legislação Aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto.

Cláusula 20.^a – Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

Parte II

Cláusula 21.^a – Objetivos


O presente procedimento destina-se à aquisição de serviços para o controlo analítico da qualidade da água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina, incluindo a recolha e transporte das amostras.

Cláusula 22.^a – Local da Prestação dos Serviços


Os serviços objeto do presente contrato serão prestados nas dezasseis zonas de abastecimento de águas para consumo humano, sete ETARs e na Piscina Municipal de Castro Marim.

Cláusula 23.^a – Especificações do Controlo Analítico de Água para Consumo Humano - PCQA

1. No controlo analítico a realizar deverão ser utilizadas técnicas de amostragem e métodos de análise que cumpram legislação em vigor e o adjudicatário deverá estar apto a dar cumprimento ao estipulado nos artigos 26º, 27º, 28º, e n.º 8 e 9 do artigo 37º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, que estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano.
2. As análises serão efetuadas em dezasseis zonas de abastecimento:
 - i. Zona Abastecimento Altura (ZAA)
 - ii. Zona Abastecimento Principal (ZAP)
 - iii. Alcarias Grandes (ZAAG)
 - iv. Fontanário de Amendoeira-Marroquil (ZAMQ)
 - v. Campeiros (ZACPE)
 - vi. Fontanário de Carvalhinhos (ZACV)
 - vii. Cerro do Enho (ZACE)
 - viii. Corte Gago (ZACG)
 - ix. Fontanário de Cortelha (ZACH)
 - x. Fontanário de Fontaínhas (ZAFH)
 - xi. Fontanário de Fonte Chicó (ZAFCH)
 - xii. Fontanário de Fortes (ZAF)
 - xiii. Fontanário de Pego dos Negros (ZAPN)
 - xiv. Fontanário de Soalheiras (ZASHS)

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

- xv. Fontanário de Tanoeiro (ZAT)
- xvi. Fontanário de Vale Andreu (ZAVA)
- 3. Nas primeiras 2 zonas, a origem da água é superficial, distribuída em alta pela empresa Águas do Algarve e distribuída em baixa pelo Município de Castro Marim. Nas seguintes 14 zonas, a origem da água é subterrânea, explorada localmente em captações subterrâneas isoladas e distribuída em baixa pelo Município de Castro Marim.
- 4. Na duração do contrato, deverão ser efetuadas as seguintes análises PCQA, de acordo com o estipulado no PARTE III (Anexos):
 - a) Zona 1 (ZAA):
 - i. 36 Controlos de Rotina 1 (CR1);
 - ii. 21 Controlos de Rotina 2 (CR2);
 - iii. 6 Controlos de Inspeção (CI).
 - b) Zona 2 (ZAP):
 - iv. 36 Controlos de Rotina 1 (CR1);
 - v. 30 Controlos de Rotina 2 (CR2);
 - vi. 6 Controlos de Inspeção (CI).
 - c) Zonas 3 a 16:
 - i. 252 Controlos de Rotina 1 (CR1);
 - ii. 42 Controlos de Rotina 2 (CR2);
 - iii. 42 Controlos de Inspeção (CI).
- 5. Os parâmetros a analisar para as zonas 1 e 2, em cada tipo de controlo, são os seguintes:
 - a) Controlo de Rotina 1 (CR1)
 - i) Desinfetante residual;
 - ii) *Escherichia coli* (E. coli);
 - iii) Bactérias coliformes;
 - b) Controlo de Rotina 2 (CR2)
 - i) Cheiro a 25°C;
 - ii) Sabor a 25°C;
 - iii) pH;
 - iv) Condutividade;

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

- v) Cor;
- vi) Turvação;
- vii) Enterococos;
- viii) Número de colónias a 22 °C;
- ix) *Clostridium perfringens*, incluindo esporos;
- x) Alumínio;
- xi) Ferro.

c) Controlo de Inspeção (CI)

- i) Amónio
- ii) Benzo(a)pireno
- iii) Cálcio
- iv) Cloritos
- v) Cloratos
- vi) Chumbo
- vii) Cobre
- viii) Crómio
- ix) Dureza total
- x) Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)
- xi) Magnésio
- xii) Manganês
- xiii) Nitritos
- xiv) Níquel
- xv) Oxidabilidade
- xvi) Potássio
- xvii) Trihalometanos


6. Os parâmetros a analisar nas zonas 3 a 16, em cada tipo de controlo, são os seguintes:

a) Controlo de Rotina 1 (CR1)

- i) Desinfetante residual;
- ii) *Escherichia coli* (E. coli);
- iii) Bactérias coliformes;

b) Controlo de Rotina 2 (CR2)


- i) Cheiro a 25°C
- ii) Sabor a 25°C

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

- iii) pH
- iv) Condutividade
- v) Cor
- vi) Turvação
- vii) Enterococos
- viii) Número de colónias a 22 °C
- ix) Cloretos
- x) Sódio
- xi) Manganês
- xii) Ferro
- xiii) Sulfatos
- xiv) Antimónio
- xv) Fluoretos
- c) Controlo de Inspeção (CI)
 - i) *Clostridium perfringens*
 - ii) Alumínio
 - iii) Amónio
 - iv) Antimónio
 - v) Arsénio
 - vi) Benzeno
 - vii) Benzo(a)pireno
 - viii) Boro
 - ix) Bromatos
 - x) Cádmio
 - xi) Cálcio
 - xii) Cianetos
 - xiii) Cloretos
 - xiv) Cloritos
 - xv) Cloratos
 - xvi) Chumbo
 - xvii) Cobre
 - xviii) Crómio
 - xix) 1,2 – dicloroetano

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

- xx) Dureza total
- xxi) Ferro
- xxii) Fluoretos
- xxiii) Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)
- xxiv) Magnésio
- xxv) Manganês
- xxvi) Mercúrio
- xxvii) Nitratos
- xxviii) Nitritos
- xxix) Níquel
- xxx) Oxidabilidade
- xxxi) Potássio
- xxxii) Selénio
- xxxiii) Sódio
- xxxiv) Sulfatos
- xxxv) Tetracloroeteno e tricloroeteno
- xxxvi) Trihalometanos
- xxxvii) Alfa total
- xxxviii) Dose indicativa
- xxxix) Urânio 234
- xl) Urânio 238
- xli) Rádio 226
- xlj) Polónio 210
- xljii) Bentazona
- xliv) Clorpirifos
- xliv) Diurão
- xlvi) M656PH051
- xlvi) Dimetenamida-P
- xlvi) Imidaclopride
- xlvi) Linurão
- l) Mecocrope
- li) Metribuzina
- lii) Metolacoloro

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	


- liii) Terbutilazina
 - liv) Desetilterbutilazina
 - lv) Simazina
 - lvi) Desetilsimazina
7. A comunicação de eventuais incumprimentos paramétricos deverá ser feita por fax, telefone ou correio eletrónico, no prazo máximo de:
 - a) 5 dias úteis (após amostragem) para parâmetros microbiológicos;
 - b) 10 dias úteis (após amostragem) para parâmetros físico-químicos do Controlo de Rotina 1 (CR1) e Controlo de Rotina 2 (CR2);
 - c) 30 dias úteis (após amostragem) para parâmetros de Controlo de Inspeção (CI).
 8. Os relatórios de resultados deverão ser entregues dentro dos seguintes prazos máximos:
 - a) 15 dias úteis (após amostragem) para os parâmetros de Controlo de Rotina 1 (CR1);
 - b) 30 dias úteis (após amostragem) para os parâmetros de Controlo de Rotina 2 (CR1 + CR2);
 - c) 45 dias úteis (após amostragem) para parâmetros de Controlo de Inspeção (CR1 + CR2 + CI).
 9. Caso o adjudicatário defina prazos inferiores aos definidos no presente procedimento, serão considerados esses prazos como prazos máximos.
 10. A não comunicação dos eventuais incumprimentos detetados e/ou a não entrega dos relatórios de resultados dentro dos prazos estipulados, implicará o cancelamento do pagamento das respetivas análises.

Cláusula 24.^a – Especificações do Controlo Analítico das Águas Residuais

1. No controlo analítico a realizar, deverão ser utilizadas técnicas de amostragem e métodos de análise que cumpram a legislação em vigor, e o adjudicatário deverá estar apto a dar cumprimento ao estipulado.
2. As análises serão efetuadas em sete ETARs:
 - i. Almada de Ouro;
 - ii. Corte Velha;
 - iii. Fonte do Penedo;
 - iv. Foz de Odeleite;
 - v. Montinho de Odeleite;


MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

- vi. Tenência;
 - vii. Vale do Pereiro.
3. Na duração do contrato deverão ser efetuadas as seguintes análises, de acordo com o estipulado no PARTE III (Anexos):
- a) Zona 1 a 7:
 - i) 252 controlos RES 2;
 - ii) 252 controlos RES 3.
4. Os parâmetros a analisar são os seguintes:
- b) Controlo RES 2
 - i) pH;
 - ii) Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO5);
 - iii) Carência Química de Oxigénio (CQO);
 - iv) Sólidos Suspensos Totais (SST);
 - v) Fósforo Total (P_{Total});
 - vi) Azoto (N_{Total});
 - c) Controlo RES 3
 - i) pH;
 - ii) Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO5);
 - iii) Carência Química de Oxigénio (CQO);
 - iv) Sólidos Suspensos Totais (SST);
 - v) Fósforo Total (P_{Total});
 - vi) Azoto (N_{Total});
 - vii) Cloretos;
 - viii) Coliformes Fecais.
5. A comunicação de eventuais incumprimentos paramétricos deverá ser feita por fax, telefone ou correio eletrónico, no prazo máximo de 30 dias úteis (após amostragem).
6. Os relatórios de resultados deverão ser entregues por correio eletrónico no prazo máximo de 45 dias úteis (após amostragem).
7. Caso o adjudicatário defina prazos inferiores aos definidos no presente procedimento, serão considerados esses prazos como máximos.
8. A não comunicação dos eventuais incumprimentos detetados e/ou a não entrega dos relatórios de resultados dentro dos prazos estipulados, implicará o cancelamento do pagamento das respetivas análises.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

Cláusula 25.^a – Especificações do Controlo Analítico das Águas da Piscina

1. No controlo analítico a realizar, deverão ser utilizadas técnicas de amostragem e métodos de análise que cumpram a legislação em vigor, e o adjudicatário deverá estar apto a dar cumprimento ao estipulado.
2. As análises serão efetuadas na Piscina Municipal de Castro Marim.
3. Na duração do contrato, deverão ser efetuadas as seguintes análises, de acordo com o estipulado no PARTE III (Anexos):
 - a) Piscina:
 - i) 72 controlos PIS 3;
 - ii) 36 Legionella (LEG).
4. Os parâmetros a analisar são os seguintes:
 - a) Controlo PIS 3:
 - i) Coliformes totais;
 - ii) *Escherichia coli* (E. coli);
 - iii) Enterococos totais;
 - iv) *Pseudomonas aeruginosa*;
 - v) *Total de Staphylococcus*;
 - vi) *Staphylococcus* produtores de Coag.;
 - vii) Microorganismos a 37°C
 - viii) pH
 - ix) Cloro residual livre;
 - x) Cloro residual total;
 - xi) Cloro combinado;
 - xii) Temperatura;
 - xiii) Turvação;
 - xiv) Condutividade;
 - xv) Oxidabilidade;
 - b) Controlo de Legionella (LEG)
 - i) Pesquisa de *Legionella*;
 - ii) Temperatura;
 - iii) Cloro residual livre.
5. A comunicação de eventuais incumprimentos paramétricos deverá ser feita por fax, telefone ou correio eletrónico, no prazo máximo de 30 dias úteis (após amostragem).

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	


- Os relatórios de resultados deverão ser entregues por correio eletrónico no prazo máximo de 45 dias úteis (após amostragem).
- Caso o adjudicatário defina prazos inferiores aos definidos no presente procedimento, serão considerados esses prazos como máximos.
- A não comunicação dos eventuais incumprimentos detetados e/ou a não entrega dos relatórios de resultados dentro dos prazos estipulados, implicará o cancelamento do pagamento das respetivas análises.

Cláusula 26.^a – Especificações do Controlo Analítico de Água para Consumo Humano – Controlo Operacional

- No controlo analítico a realizar deverão ser utilizadas técnicas de amostragem e métodos de análise que cumpram legislação em vigor e o adjudicatário deverá estar apto a dar cumprimento ao estipulado nos artigos 26º, 27º, 28º, e n.º 8 e 9 do artigo 37º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, que estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano.
- As análises para controlo operacional seguem todas a especificações apresentadas na Clausula 23.^a, no que respeita às zonas de abastecimento e parâmetros a analisar.
- Na duração do contrato, deverão ser efetuadas as seguintes análises de Controlo Operacional, de acordo com o estipulado no PARTE III (Anexos):
 - Zonas 1 a 16:
 - 204 Controlos de Rotina 1 (CR1);
 - 45 Controlos de Rotina 2 (CR2);
 - 10 Controlos de Inspeção (CI).

Cláusula 27.^a – Especificações do Controlo Analítico de Água para Consumo Humano – Análises de Verificação

- No controlo analítico a realizar deverão ser utilizadas técnicas de amostragem e métodos de análise que cumpram legislação em vigor e o adjudicatário deverá estar apto a dar cumprimento ao estipulado nos artigos 26º, 27º, 28º, e n.º 8 e 9 do artigo 37º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, que estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano.
- Na duração do contrato, e de acordo com o histórico de parâmetros com incumprimentos da Entidade Gestora nos últimos quatro anos, estima-se que poderão ser efetuadas as seguintes análises de verificação, de acordo com o estipulado no

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

PARTE III (Anexos), podendo, no entanto, estes listados serem substituídos por outros de igual valor que, entretanto, venham a registar incumprimento.

a) Zonas 1 a 16:

- i) *Escherichia coli* (E. coli) - 15;
- ii) Bactérias coliformes - 35;
- iii) Cheiro a 25°C - 5;
- iv) Turvação - 10;
- v) Enterococos - 10;
- vi) Ferro - 10;
- vii) Fluoretos - 5;
- viii) Manganês - 10;
- ix) Sódio - 5;
- x) *Clostridium perfringens*, incluindo esporos - 10;
- xi) Alumínio - 10;
- xii) Bromatos - 10;
- xiii) Cloretos - 15;
- xiv) Chumbo - 6;
- xv) Nitratos - 5;
- xvi) Mercúrio - 5
- xvii) Níquel - 5;
- xviii) Trihalometanos - 10;
- xix) Alfa total - 5.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

Parte III


(Anexos)

Controlo Analítico de Águas para Consumo Humano

ZONAS 1 E 2									
ZONA DE ABASTECIMENTO	2025			2026			2027		
	CR1	CR2	CI	CR1	CR2	CI	CR1	CR2	CI
Zona Abastecimento Principal	12	10	2	12	10	2	12	10	2
Zona Abastecimento Altura	12	7	2	12	7	2	12	7	2
TOTAL	24	17	4	24	17	4	24	17	4

ZONAS 3 A 16									
ZONA DE ABASTECIMENTO	2025			2026			2027		
	CR1	CR2	CI	CR1	CR2	CI	CR1	CR2	CI
Fontanário de Alcarías Grandes	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Amendoeira-Marroquil	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Campeiros	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Carvalhinhos	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Cerro do Enho	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Corte Gago	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Cortelha	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Fontainhas	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Fonte Chicó	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Fortes	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Pego dos Negros	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Soalheiras	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Tanoeiro	6	1	1	6	1	1	6	1	1
Fontanário de Vale Andreu	6	1	1	6	1	1	6	1	1
TOTAL	84	14	14	84	14	14	84	14	14

ZONAS DE ABASTECIMENTO	2025 - 2027		
	CR1	CR2	CI
Zonas 1 a 2	72	51	12
Zonas 3 a 16	252	42	42
TOTAL	324	93	54

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		 Cidade de Castro Marim
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina		

Controlo Analítico de Águas Residuais

ZONAS 1 A 7						
ZONA DE RECOLHA	2025		2026		2027	
	RES 2	RES 3	RES 2	RES 3	RES 2	RES 3
ETAR de Almada de Ouro - Afluente	12	-	12	-	12	-
ETAR de Almada de Ouro - Efluente	-	12	-	12	-	12
ETAR de Corte Velha - Afluente	12	-	12	-	12	-
ETAR de Corte Velha - Efluente	-	12	-	12	-	12
ETAR de Fonte do Penedo - Afluente	12	-	12	-	12	-
ETAR de Fonte do Penedo - Efluente	-	12	-	12	-	12
ETAR de Foz de Odeleite - Afluente	12	-	12	-	12	-
ETAR de Foz de Odeleite - Efluente	-	12	-	12	-	12
ETAR de Montinho de Odeleite - Afluente	12	-	12	-	12	-
ETAR de Montinho de Odeleite - Efluente	-	12	-	12	-	12
ETAR de Tenência - Afluente	12	-	12	-	12	-
ETAR de Tenência - Efluente	-	12	-	12	-	12
ETAR de vale do pereiro - Afluente	12	-	12	-	12	-
ETAR de Vale do pereiro - Efluente	-	12	-	12	-	12

ZONA DE RECOLHA	2025-2027	
	RES 2	RES 3
Zonas 1 a 7	252	252
TOTAL	252	252


Controlo Analítico de Águas de Piscina

ZONA DE RECOLHA	2025		2026		2027	
	PIS 3	LEG	PIS 3	LEG	PIS 3	LEG
Piscina de Castro Marim	24	12	24	12	24	12
TOTAL	24	12	24	12	24	12

ZONA DE RECOLHA	2025 - 2027	
	PIS 3	LEG
Piscina de Castro Marim	72	36
TOTAL	72	36

Controlo Analítico de Águas para Consumo Humano – Controlo Operacional

ZONAS DE ABASTECIMENTO	2025 - 2027		
	CR1	CR2	CI
Controlo Operacional	204	45	10
TOTAL	204	45	10

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Consulta Prévia – Aquisição de serviços para o controlo analítico de água para consumo humano, águas residuais e águas de piscina	Caderno de Encargos	

Controlo Analítico de Águas para Consumo Humano – Análises de Verificação

PÂRAMETROS	TOTAL
Escherichia coli (E. coli)	15
Bactérias coliformes	35
Cheiro a 25°C	5
Turvação	10
Enterococos	10
Ferro	10
Fluoretos	5
Manganês	10
Sódio	5
Clostridium perfringens, incluindo esporos	10
Alumínio	10
Bromatos	10
Cloreto	15
Chumbo	6
Nitratos	5
Níquel	5
Mercúrio	5
Trihalometanos	10
Alfa total	5
TOTAL	186